

MAURÍCIO BUNAZAR

A INVALIDIDADE
do **NEGÓCIO**
JURÍDICO

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Aline Pavanelli, Ana Carolina Francisco e Francisco Prado

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

MILSA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavaicanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

1232164

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bunazar, Maurício

A invalidade do negócio jurídico / Maurício Bunazar. -- 3. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia

ISBN 978-65-260-0371-8

1. Atos jurídicos 2. Atos jurídicos - Jurisprudência - Brasil 3. Negócios jurídicos 4. Negócios jurídicos - Brasil I. Título.

23-140903

CDU-347.13

Índices para catálogo sistemático: 1. Negócios jurídicos : Direito civil 347.13

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	9
PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO	23
1. A INVALIDIDADE E O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA PRIVADA.....	25
1.1. Negócio jurídico e ato jurídico em sentido estrito.....	25
1.2. Autonomia privada	32
1.3. A invalidade do ato jurídico preceptivo como consequência do exercício irregular da autonomia privada	36
2. FUNDAMENTOS DOS REQUISITOS DE VALIDADE DO ATO JURÍDICO PRECEPTIVO	39
2.1. Requisitos de validade do negócio jurídico	39
2.2. Capacidade	40
2.2.1. Conceito de capacidade	43
2.2.2. A idade como critério de aquisição da capacidade de agir	44
2.2.3. Fundamento da exigência de capacidade para a prática de atos jurídicos preceptivos	46
2.2.4. Contornos dogmáticos da função protetiva das incapacidades....	48
2.2.4.1. Os intervalos lúcidos.....	50
2.2.4.2. Os intervalos insanos	54
2.2.4.2.1. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a proteção conferida ao enfermo mental e ao deficiente mental.....	58
2.2.4.2.2. Critérios dogmáticos para a aplicação da Lei 13.146/2015	67
2.2.4.3. Análise dogmática da correlação entre a invalidade causada por incapacidade e o prejuízo causado ao incapaz.....	73

2.3. Forma	86
2.3.1. Nota histórica	87
2.3.2. Conceito e funções da forma.....	95
2.4. Objeto.....	109
3. REGIME JURÍDICO DA INVALIDIDADE.....	115
3.1. A invalidade como causa de ineficácia.....	115
3.1.1. A ineficácia do ato jurídico	115
3.1.2. Distinção entre invalidade e inexistência.....	124
3.2. Conceito e classificação da invalidade.....	132
3.2.1. Distinção entre efeitos do negócio jurídico nulo e efeitos da nulidade	138
3.2.2. Nulidade.....	139
3.3. Breves notas sobre o problema da fraude à lei.....	156
3.3.1. Fraude à lei, simulação e motivo determinante comum ilícito	157
3.3.2. Fraude à lei e ausência de proibição legal expressa	159
3.4. Efeitos da invalidação.....	160
3.4.1. Âmbito de aplicação do artigo 182 do Código Civil	160
3.4.2. Análise da primeira parte do artigo 182 do Código Civil: o retorno ao <i>status quo ante</i>	162
3.4.3. Termo inicial da prescrição das pretensões restituições	167
3.4.4. Análise da segunda parte do artigo 182 do Código Civil: situações de impossibilidade de restituição das partes ao <i>status quo ante</i>	169
3.4.4.1. Pagamento feito a incapaz em razão de obrigação anulada	170
3.4.4.2. Restituição ou qualquer indenização que acarreta enriquecimento injustificado	172
3.4.4.3. Usucapião da coisa que seria objeto de restituição ...	174
3.4.4.4. <i>Ex variis causarum figuris</i>	178
3.5. <i>Favor negotii</i> – a conservação dos negócios jurídicos	179
3.5.1. Proteção a terceiros de boa-fé contra a ineficacização por nulidade	190
3.5.2. Ausência de violação do bem jurídico protegido pela norma jurídica que impõe a invalidação.....	198
3.5.3. Estabilização da eficácia de negócio jurídico celebrado por agente ilegítimo	206
3.5.4. Análise do artigo 105 do Código Civil	213
3.5.5. Invalidade de contrato bilateral com pluralidade de sujeitos....	216

4. BREVES NOTAS SOBRE ALGUNS ASPECTOS DA INVALIDADE EM DIREITO SOCIETÁRIO	219
4.1. Invalidade do contrato plurilateral.....	219
4.2. Desconsideração atributiva da personalidade jurídica para a incidência do regime jurídico geral das invalidades.....	224
4.3. Eficácia da chamada cláusula de remédio exclusivo (<i>Sole Remedy</i>)	232
4.4. A forma do contrato social e do contrato de cessão de quotas.....	234
5. INVALIDADE E SUCESSÃO CAUSA MORTIS	239
5.1. Contrato sobre herança de pessoa viva. Breves notas.....	239
5.1.1. Delimitação	239
5.1.2. Abrangência do artigo 426 do Código Civil	239
5.1.2.A. Renúncia à herança em pacto antenupcial	240
5.1.2.B. Disposição em contrato social sobre o destino das cotas do sócio morto	241
5.2. Invalidade do testamento e das disposições testamentárias.....	244
5.2.1. Introdução.....	244
5.2.2. Breves considerações sobre as características do testamento	244
5.2.3. Causas de invalidade do testamento	247
5.2.4. Causas de invalidade das disposições testamentárias.....	257
5.2.5. Relação entre os artigos 1.859 e 1.909 do Código Civil.....	260
5.2.6. Invalidade da partilha	263
5.2.7. Conclusão	265
5.3. Casuística.....	265
5.3.1. O caso da simulação por testamento	265
5.3.2. O caso da renúncia por erro	267
5.3.3. O caso do testamento imaginário.....	268
6. ASPECTOS PROCESSUAIS DA INVALIDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES ...	269
6.1. Delimitação dos aspectos processuais relevantes à análise da categoria jurídica da invalidade disciplinada pelo Código Civil	269
6.2. Natureza jurídica do provimento jurisdicional que reconhece a invalidade do ato jurídico preceptivo	270
6.3. Legitimidade ativa <i>ad causam</i> para as ações de invalidade	277
6.4. Limites subjetivos da extensão da coisa julgada em ação de invalidade	289
6.5. Ação declaratória de validade de negócio jurídico.....	293
6.6. Modo de alegação em juízo de determinadas defesas opostas contra a pretensão do autor de ver invalidado o negócio jurídico e da alegação da invalidade como defesa.....	294

6.6.1. Modo de alegação do disposto no artigo 182.....	294
6.6.2. Modo de alegação do disposto no artigo 170 e consequências do seu acolhimento.....	295
6.6.3. Modo de alegação do disposto no artigo 144 e consequências do seu acolhimento.....	298
6.6.4. Modo de alegação do disposto no § 2º do artigo 157 e consequências do seu acolhimento.....	300
6.6.5. Modo de alegação da invalidade como defesa.....	301
6.7. Algumas considerações sobre o momento de alegar judicialmente a ineficácia do compromisso arbitral.....	302
CONCLUSÃO.....	305
BIBLIOGRAFIA.....	309
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	327